



109 Perillo x Roriz



Paola Lima
Da equipe do **Correio**

A proposta do governador Joaquim Roriz de assentar os quatro mil invasores da Ceilândia em uma área do Governo do Distrito Federal localizada na Cidade Ocidental, no Entorno, provocou uma crise nas relações entre o GDF e o Governo de Goiás. Em discurso na invasão na tarde de terça-feira, Roriz fez o convite: "Tem alguém que gostaria de morar na Cidade Ocidental? O GDF tem 5 mil lotes lá". Ao saber da idéia de Roriz, o governador goiano, Marcone Perillo (PSDB), e o prefeito da Cidade Ocidental, Plínio Araújo (PPB), reagiram à transferência das famílias invasoras para Goiás.

De Goiás Velho, sede provisória do governo de Goiás, Marcone Perillo criticou a proposta do colega vizinho e se negou a aceitar a chegada dos invasores. "Não aceito improviso, nem importar problemas do Distrito Federal", afirma. "Esse é um assunto que precisa ser seriamente discutido entre mim e o governador Joaquim Roriz".

O prefeito de Cidade Ocidental Plínio Araújo segue o discurso do chefe. E é bem mais categórico. "Os lotes são do Governo do Distrito Federal mas o município é meu", rebate. Araújo explicou que Joaquim Roriz teria de fazer um acordo com ele para pagamento dos R\$ 5 milhões que o GDF deve à prefeitura da cidade por conta de IPTUs atrasados da área. "Como ele acha que vai passar escritura para essa gente se o imposto da terra está atrasado?", argumenta.

A briga por conta do terreno do GDF na Cidade Ocidental, na verdade, existe desde a época das eleições municipais, no

Kleber Lima



RETIRADA DE BARRACOS EM CIDADE OCIDENTAL, LOCAL OFERECIDO POR RORIZ PARA ASSENTAR INVASORES DE CEILÂNDIA: PELA LEI, ÁREA DESTINA-SE A SERVIDORES

ano passado. Em um comício na cidade, Roriz prometeu lotear a área em troca de votos para o então prefeito Mauro Abadia (PMDB). Com a derrota de Abadia, a promessa de lotamento foi deixada de lado. Os eleitores cobraram a promessa e invadiram a área. Só foram retirados ontem, depois que o GDF conseguiu na segunda-feira uma liminar na Justiça garantindo a reintegração de posse da área (*leia matéria ao lado*).

Além de provocar um mal estar no governo de Goiás, a sugestão de Joaquim Roriz esbarra em outro obstáculo: a le-

galidade. A área na Cidade Ocidental para onde o governador quer transferir as famílias da Ceilândia está destinada a programas habitacionais que atendam aos servidores públicos do DF.

LOTES PARA SERVIDORES

Segundo a promotora Marien Cristina Gadelha, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, a lei distrital 1.177, sancionada pelo ex-governador Cristovam Buarque em agosto de 1996, diz que o terreno tem de ser alienado aos servidores públicos, preferencialmente. E 10%

dos lotes demarcados destinam-se a policiais militares, civis e bombeiros.

"Assentar os invasores na área contraria frontalmente a lei", explica Marien Gadelha. A única saída para o governo seria apresentar uma nova lei, revogando a antiga. Para isso, no entanto, o projeto teria de ser discutido e aprovado na Câmara Legislativa. E deixaria de lado os servidores atendidos anteriormente. "O Distrito Federal não é terra sem lei, o Ministério Público vai adotar todas as medidas cabíveis para que a lei seja cumprida", avisa

a promotora.

A indignação por causa da proposta do governador chegou também à Câmara Legislativa. A deputada distrital Maria José Maninha (PT), preparou um requerimento a ser apresentado à Comissão de Assuntos Fundiários da Casa, convocando Roriz para explicar a política de ocupação das terras públicas do Distrito Federal. "Fiquei horrorizada com o que o governador falou. Se criticávamos os prefeitos de outros estados, que mandavam gente para cá, como podemos enviar invasores para Goiás?", critica.

BRONCA



"Os lotes são do GDF, mas o município é meu. Primeiro ele (Roriz) vai ter que fazer um acordo comigo. Ele não poderia lotear e distribuir porque tem uma dívida (de IPTU) com o município."

PLÍNIO ARAÚJO
Prefeito de Cidade Ocidental (GO)

EX-PRESIDENTE DA OAB CRITICA

A política de distribuição de lote do governador Joaquim Roriz recebeu críticas também do ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo de Castro. "Dar lotes não é solução para a cidade nem para a famílias que estão precisando de moradia. As pessoas não querem presentes, querem trabalho, salário, educação, condições para viver com dignidade".